

**JEQUITINHONHA, SÃO PAULO, JEQUITINHONHA:  
TRABALHO URBANO E MIGRAÇÕES DE RETORNO  
NA EXPERIÊNCIA DE LAVRADORES MINEIROS ENTRE 1960/2000<sup>1</sup>**

Eduardo Magalhães Ribeiro<sup>2</sup>  
Jovino Amâncio de Moura Filho<sup>3</sup>  
Flávia Maria Galizoni<sup>4</sup>  
Thiago de Paula Assis<sup>5</sup>

**Resumo**

Este artigo analisa a trajetória de migrantes rurais que saíram Minas Gerais nos anos 1960/1970 para centros urbanos e que, na década de 1980, dada a ausência de crescimento da economia urbana ou as aposentadorias de emprego urbano, já na década de 1990, retornaram aos municípios de origem ou a outras áreas rurais mineiras. Para a pesquisa foram utilizadas como fontes a literatura econômica, histórica e demográfica associada ao tema, os documentos produzidos na região e na época, e, principalmente, a memória de migrantes retornados ao rural. O estudo avalia em primeiro lugar a capacitação destes migrantes, analisando como foi conciliado um aprendizado rural com as exigências do trabalho urbano. Em seguida comenta a combinação multiespacial do trabalho, mostrando como parte destes migrantes cumpriu trajetórias alternadas e sazonais de trabalho rural em Minas Gerais e urbano, geralmente em São Paulo. Discute-se a seguir alguns aspectos dos retornos, observando primeiro seus efeitos sobre o desenvolvimento local, e, por fim, as relações entre a trajetória migratória e o fortalecimento das organizações sindicais e movimentos sociais na região. Este estudo conclui que a vida rural, urbana e novamente rural desses migrantes retornados apresenta mais descontinuidades que sequências, e as experiências urbanas pouca relação guardam com o aprendizado rural. Migrantes retornados refizeram os mesmos sistemas costumeiros de produção usados por seus pais, suas aposentadorias são o mais das vezes rurais, e a participação política nos anos 1980/1990 tem apenas vaga e indireta relação com a vivência urbana. O rural e o urbano - dos pontos de vista de trabalho, aprendizado e capacitação - foram relativamente alheios um ao outro, embora mediados pela mesma comunidade de origem, pela solidariedade do grupo familiar e pelos imperativos culturais que marcam as comunidades camponesas.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa, realizada no período 2000/2001, foi financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa de Minas Gerais, FAPEMIG (projeto SHA 2876/97) e contou com a colaboração das bolsistas IC/Fapemig Ana A. Simão e Karina N. de Oliveira, do DAE/Universidade Federal de Lavras.

<sup>2</sup> Economista, professor do DAE/Universidade Federal de Lavras, MG. E-mail: aureoemr@ufla.br

<sup>3</sup> Sociólogo, professor do DAE/Universidade Federal de Lavras, MG. E-mail: jamancio@ufla.br

<sup>4</sup> Antropóloga, doutoranda do IFCH/Unicamp, SP. E-mail: fgalizoni@bol.com.br

<sup>5</sup> Acadêmico de Agronomia/Universidade Federal de Lavras, MG, bolsista IC/Fapemig

## 1. Introdução

As migrações de lavradores mineiros para destinos urbanos na região Sudeste datam dos anos 1930, quando declinaram as fluxos migratórios internacionais para o Brasil. Depois dos anos 1960, porém, elas ganharam uma dimensão inédita, dadas as vantagens relativas do setor urbano industrial em expansão frente às fronteiras agrícolas que ainda permaneciam abertas, dadas melhorias em transporte e a exaustão dos sistemas produtivos. Empregos urbanos apresentavam menos riscos, os trabalhadores eram legalizados, os empregadores pouco exigentes e, principalmente, os salários davam direito e acesso a bens de consumo que estes trabalhadores até então sequer sonhavam existir. São Paulo, que desde os anos 1930 era referência de trabalho para camponeses do Nordeste de Minas Gerais, tornou-se o *caminho da roça* nos anos 1970.

A expansão da demanda urbana por trabalho, desde então, aproximou os mercados de trabalho urbanos e rurais. Trabalhadores eram recrutados para um mercado que exigia pouca qualificação, dispensava capacitação prévia e registros anteriores em carteira de trabalho. Essa unificação de mercados absorveu, principalmente até a primeira metade dos anos 1970, os fluxos migratórios rurais e experiências de trabalho que desde então confundiram-se.

A sinalização do salário urbano da capital de São Paulo era forte o suficiente para atrair camponeses de seus *terrenos* e agregados das antigas fazendas. Estudos sobre diferenciais de salários nos anos 1970 revelam a força dessa atração, mesmo que depois a sedução dos salários urbanos ficasse obscurecida pelo afluxo de trabalhadores de origem rural que formaram um vasto estoque de subempregados e impossibilitasse - dadas as quantidades de migrantes e a repressão à sua organização - que ocorressem elevações salariais de vulto.

Um fator muito importante a ser considerado é a dispersão salarial que existia nesta época: mercados de trabalho e bens eram apenas precariamente unificados, de tal forma que os preços variavam muito, dependendo de influências locais. Praticavam-se preços diferentes para trabalho e produtos em regiões situadas às vezes a reduzida distância uma da outra; além disso, os salários pagos em Minas Gerais até os anos 1960 estavam situados entre menores do país. Os salários rurais que serviam de base de comparação aos mineiros eram aqueles praticados em São Paulo; os diferenciais estaduais de salários rurais eram ainda maiores que aqueles interestaduais e, principalmente, se comparados ao Nordeste de Minas. Nesta região, até o final dos anos 1960, um vaqueiro de muito renome e bons serviços prestados costumava receber meio salário mínimo mensal. Havia, obviamente, um conjunto de benefícios indiretos - as economias não-monetárias: terra para plantio sem pagamento de renda, aval do fazendeiro para pequenos negócios, pasto para criação de gado *embolado* com o rebanho da fazenda, e ainda pesca, caça, coleta e extração. Mas nesse período, que já era o final da tradicional relação de agregação, essas vantagens estavam sendo restringidas e as fazendas começavam a impor normas - denominadas *impostorias* ou *imposições* - e a avocar o direito único e exclusivo do fazendeiro sobre recursos e terras que, até então, eram de uso comum. Nos sítios camponeses a terra ficava pequena para tantos filhos e netos, e os preços relativos dos alimentos e bens despencavam num mercado que se tornava nacional.

Foi assim que, juntando todos estes e ainda outros motivos menos citados, os mineiros do Nordeste realizaram uma demorada transumância para São Paulo.

## 2. Objetivos e métodos

Este artigo tem como propósito analisar a trajetória de lavradores migrantes do Nordeste de Minas Gerais - principalmente do Jequitinhonha, importante zona emigratória de força de trabalho rural - dos anos 1960 a 2000. Procura investigar a capacitação recebida pelo trabalhador rural na origem e, depois, na condição de trabalhador urbano, no local de destino da migração. Em seguida o artigo busca analisar os processos contínuos de deslocamento espacial desses trabalhadores, mostrando como parte destes migrantes combinava o trabalho no *terreno* familiar com permanências sazonais no trabalho urbano no destino. Discute-se a seguir os retornos, procurando analisar seus efeitos sobre a economia local, revelando que o caráter sazonal das migrações conservou técnicas e costumes, persistindo mais reprodução que inovação nos sistemas produtivos. Analisa, por fim, os resultados políticos desta trajetória migratória em termos de fortalecimento das organizações locais, sindicais, movimentos populares.

A pesquisa procurou unir duas perspectivas de análise que, quase sempre, estiveram separadas. De um lado, os estudos sobre movimentos migratórios de mineiros, que perceberam lavradores saindo do campo, expulsos, às vezes pela modernização agrária, mas na maior parte das vezes pelo conservadorismo rural, mesmo, e pela impossibilidade de sobrevivência digna na terra que nasceram. De outro lado busca a colaboração dos estudos, geralmente sobre urbanização, que os viram chegar à cidade, principalmente a São Paulo, e perder-se numa multidão anônima de "nortistas", em cujo meio foram, pelo menos nos anos 1970, maioria.

O estudo do aprendizado recebido pelos mineiros que fizeram estas viagens é uma tentativa de compreender utilidade e utilização do conhecimento técnico que os migrantes absorveram no trabalho rural nas suas áreas de origem, o saber produtivo que adquiriram na sua passagem e trabalho em São Paulo e a capacitação que levaram no retorno a Minas Gerais. Ao fazer o percurso da migração, os lavradores - agregados ou camponeses - dispunham dum conjunto de conhecimentos que permitia instrumentalizar recursos da natureza; lidavam porém com um meio natural, com o qual negociavam e respeitavam alguns encantamentos. O trabalho em São Paulo tornou desnecessários estes conhecimentos e exigiu outros, além de serem novos as técnicas e equipamentos. Ao analisar a reinserção dos migrantes retornados à sociedade rural do Nordeste de Minas dos anos 1980/2000 procura-se compreender a bagagem cultural e técnica incorporada ao processo produtivo rural, tanto do ponto de vista da utilização dos equipamentos e instrumentos de trabalho quanto da incorporação de referências urbanas aos processos sociais rurais. Embora muitos deles tenham regressado aos mesmos sítios ou fazendas, depois da experiência de trabalho em São Paulo seriam as mesmas pessoas? Os anos 1980 foram marcados por uma série de construções na participação política. Estas, associam-se naturalmente à abertura política; mas, em que medida relacionam-se também aos novos projetos participativos que foram elaborados por trabalhadores rurais que passaram por uma intensa vivência urbana? É com estas indagações que este trabalho procura dialogar.

Para alcançar estes objetivos foi realizada uma pesquisa no período 2000/2001, que procurava identificar as trajetórias de trabalhadores, destinos e condições de partida. A investigação combinou pesquisa bibliográfica e entrevistas de campo, compreendendo os seguintes passos:

I) A pesquisa da origem: compreendeu pesquisa bibliográfica sobre a origem e a dinâmica do sítio e da fazenda do Nordeste de Minas Gerais; análise dos fluxos migratórios a partir dos Censos Demográficos; entrevistas qualitativas com antigos migrantes, investigando seu processo de capacitação nos trabalhos rurais e sua entrada no mundo do trabalho.

II) A pesquisa sobre trabalho urbano: compreendeu pesquisa bibliográfica sobre o mercado de trabalho urbano, seus processos de absorção, capacitação e organização do trabalho nos anos 1970, principalmente construção civil, recorrendo aqui aos estudos sobre relações de trabalho e migrações produzidos nos anos 1970. Foram também realizadas entrevistas com migrantes, engenheiros e encarregados de construção civil, procurando reconstruir impressões e lembranças dessa inserção no trabalho urbano.

III) A pesquisa sobre o retorno: baseada na documentação produzida por órgãos públicos, organizações pastorais rurais de igreja católica e Sindicatos de Trabalhadores Rurais nos anos 1980 e 1990. Foram utilizadas entrevistas e visitas de campo a sitiantes e assalariados rurais que viveram experiência de trabalho urbano nos anos 1970 e do retorno a partir dos anos 1980.

Na realização da pesquisa a atividade que exigiu mais esforços foi o mapeamento de possíveis entrevistados: não existem dados precisos sobre a dimensão de migrações sazonais e o retorno de migrantes não é um fato perceptível, principalmente quando considera-se que partiam em definitivo. Recorreu-se nessa altura a dois estudos dos fluxos migratórios do Nordeste mineiro (Amaral, 1988; Goza e Rios Netto, 1989) que apresentam observações bastante precisas sobre fluxos sazonais e definitivos levantados a partir de estudos de caso ou censitários.

Nesta pesquisa foram entrevistados 33 homens entre 55 e 75 anos, sitiantes, assentados ou lavradores, todos residentes em Minas Gerais. A busca por entrevistados foi realizada em municípios que apresentaram perdas fortes de população rural nos anos 1970, que apresentavam e apresentam elevada presença de agricultores familiares, e contam com organizações sindicais de atuação expressiva. A busca por entrevistados foi feita por meio de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, agências de mediação (igrejas, ongs), movimentos, assentamentos e associações comunitárias. Foram realizadas entrevistas nos municípios de Minas Novas, Turmalina, Chapada do Norte, Araçuaí, Joáima, Medina, Jequitinhonha, Salto da Divisa e Almenara no vale do Jequitinhonha; mais os municípios de Poté, Carlos Chagas, Teófilo Otoni, Pavão, Novo Cruzeiro, Ataléia e Novo Oriente, no vale do Mucuri; Betim, na Grande Belo Horizonte.

As entrevistas buscaram compreender a trajetória pessoal destes lavradores, sua inserção no trabalho familiar, o aprendizado rural, a descoberta de São Paulo, a migração, o trabalho e o aprendizado urbanos. Todas estas informações, evidentemente, foram mediadas pelas lembranças, que, cotejadas com o material bibliográfico, formam a matéria-prima deste texto.

Como o propósito da pesquisa era avaliar a percepção dos migrantes da sua experiência de trabalho, aprendizado e retorno, não houve interesse em quantificar as informações. Certamente faria pouco sentido tal tentativa, em virtude do caráter fragmentário e subjetivo das informações coletadas; optou-se definitivamente por uma abordagem qualitativa e impressionista, norteadas pelo histórico de fluxos migratórios microregionais e lutas políticas travadas desde os anos 1980.

Um esclarecimento ainda carece ser feito a respeito da profunda diferença das experiências e trajetórias de agregados e sitiantes. Os agregados<sup>6</sup>, originários de áreas marcadas pela grande fazenda e às vezes solidamente baseadas no poder do latifúndio - como é, dentre estes, o caso mais típico do baixo Jequitinhonha e baixo Mucuri - parecem ter realizado um movimento emigratório muito expressivo, definitivo e em curto prazo. A decadência da fertilidade da terra, as *imposições* da fazenda, a sedução do emprego urbano levavam o antigo agregado a realizar a viagem, e como poucos bens e parentes deixava para trás, este trabalhador egresso das antigas fazendas raramente retornava. Por isto muitas das informações sobre estes migrantes puderam ser captadas apenas indiretamente, no depoimento dos parentes que permaneceram no município de origem, na periferia das cidades da região ou nos assentamentos criados por programas de reforma agrária nos anos 1990. Aparecem, então, na fala dos outros, como imagens baças de sucessos ou fracassos nas grandes cidades. Mas também eles puderam ser encontrados nas periferias e bairros operários das grandes cidades ou em assentamentos em torno de Belo Horizonte, onde vivem depois de passarem da agregação para a experiência de trabalho paulista, desta para um retorno geralmente pouco feliz para Minas Gerais, e daí para o engajamento nos movimentos de luta por terra. Neste particular os assentamentos de Betim foram locais privilegiados para encontrar antigos agregados que migraram, e que, depois de uma intensa e geralmente pouco frutífera experiência urbana, resolveram voltar à terra, agora numa condição mais cidadã.

Sitiantes, lavradores do alto Jequitinhonha e alto Mucuri - áreas de estrutura fundiária mais fragmentadas -, realizaram dois percursos migratórios diferentes a partir dos anos 1960. Do alto Jequitinhonha foram geralmente para São Paulo, capital, e depois Belo Horizonte. Mas, quase sempre, na condição de migrantes sazonais, conservando ao mesmo tempo a lavoura familiar e a ocupação urbana na construção civil paulista. Estes lavradores foram pesquisados em suas comunidades de origem, depois de definitivamente retornados. Nos municípios de mais forte presença de agricultores familiares surgiram muitas indicações e referências a agricultores retornados; nos casos de Chapada do Norte e Minas Novas eles se encontram, são vizinhos muitas vezes já aposentados que dividem entre si as impressões sobre a lida da roça de mantimentos e as lembranças do trabalho em *Sãpaul'*. De outro lado, lavradores do alto Mucuri, também camponeses, fizeram uma rota emigratória mais longa: desfizeram-se de seus terrenos em Minas Gerais e foram para as distantes fronteiras agrícolas no Pará e Rondônia. Estes, também, só foram encontrados na memória alheia.

---

<sup>6</sup> Para caracterização da relação de agregação consultar Martins (1981); para análises sobre esta relação no Nordeste mineiro consultar Moura (1988) e Ribeiro (1996).

### 3. Migração, urbanização e retorno na literatura

A população rural brasileira foi sempre móvel no território; seus deslocamentos foram - de certo modo ainda são - derivados da condição camponesa e da sua relação com a terra. Foram movimentos forçados, por um lado pelo controle fazendeiro sobre a terra, que não admitia a estabilidade da família na área que plantava, pois sendo grande parte da terra domínio latifundiário, lavradores poderiam ser incorporados ou expulsos dependendo de interesses e circunstâncias. Por outro lado foram empurrados pela técnica agrícola empregada - cultivo temporário com abandono da área de lavoura ao pousio assim que manifestava-se a redução da produção -, que forçava-os a buscar continuamente terras novas e "descansadas" para plantio (Martins, 1981; Andrade, 1986; Boserup, 1989).

A partir dos anos 1930 os destinos das migrações - que até então ocorriam na dimensão da vizinhança ou rumo às fronteiras agrícolas - passaram a ser também as cidades, em consequência da mudança na dinâmica da economia. As transformações políticas pós-1930 e a crise do modelo agrícola primário exportador produziram movimentos "complementares e contraditórios" que marcaram o século XX: intensificaram-se no correr dos seguintes 50 anos e declinaram depois dos anos 1980 (Martine, 1994). Vários autores associaram estes processos migratórios a fatores de expulsão ou atração, que podiam ser igualmente importantes; a estagnação pode ter, em certos casos, contribuído tanto quanto o crescimento econômico para essas migrações (Balán, 1973; Martine, 1994; Brito e Souza, 1995; Brito, 2000).

No auge desse processo, entre os anos 1960/1970, algo perto de 15 milhões de brasileiros dirigiram-se às cidades do Sudeste: foi resultado do *milagre econômico* sobre a economia urbana e da *revolução verde* sobre ocupação e emprego no campo. As correntes migratórias eram, majoritariamente, constituídas por mineiros e nordestinos. De Minas Gerais as maiores emigrações eram do Leste e Nordeste, na época fronteiras agrícolas que fechavam-se - rios Doce, Mucuri e São Mateus, baixo Jequitinhonha - ou áreas camponesas que esgotavam-se, como o alto Jequitinhonha (Bosco e Jordão Neto, 1967; Amaral, 1988; Brito e Souza, 1995; Ribeiro, 1996).

Dentre as cidades, o principal destino foi São Paulo. Naquele período acreditava-se na conotação positiva dessas migrações, pois o Brasil saía, finalmente, de uma situação de atraso vinculado a um rural remoto e integrava-se à modernidade, superando o tradicionalismo. Os migrantes chegados às cidades abandonariam as arcaicas relações associadas ao mandonismo local, superadas pela inserção urbana, e se tornariam cidadãos, consumidores, modernos. Dos anos 1980 em diante esse afluxo populacional viria a ser avaliado negativamente, dados os inconvenientes do inchaço e deseconomias do gigantismo urbano (Camargo e outros; 1976; Martins, 1988).

Mas, mesmo na época, já existiam dúvidas se a mudança para as cidades proporcionava um Brasil assim tão moderno, já que os lavradores estabeleciam rotas comuns de destino, e raramente faziam da migração aventura solitária, cumprida pelo trabalhador individual que enfrentava desguarnecido centros urbanos. Pelo contrário: a escolha de determinada cidade era associada, desde a partida, às redes de conterraneidade que protegiam e integravam migrantes no destino, protegendo-o, apoiando-o no acesso à moradia, apoio e emprego. Nas cidades, migrantes construíam redes de solidariedade que reproduziam outras - comunitárias, vinculadas aos seus

lugares de origem -, de forma que, numa certa medida, a experiência urbana conservava vários dos laços da sociedade originária (Berlinck e Hogan, 1978; Castro, 1983).

Mas uma ênfase importante na literatura dos anos 1970 era a mudança nas rotinas e processos de trabalho. Os autores assinalavam o predomínio da grande indústria, a divisão do trabalho, parcelização de tarefas, alienação do trabalhador, e referiam-se ao fosso que havia entre trabalho industrial e artesanato, entre industrial e agrícola. Não era, porém, um hiato econômico, produtor de rupturas, porque isto foi eliminado com a crítica aos dualismos proposta por Oliveira (1975); antes, seria um fosso cultural - no sentido mais amplo da palavra -, a separar os conhecimentos de um recém-egresso do rural remoto no urbano contemporâneo. A tendência avassaladora que acreditava-se existir na industrialização, concentração e centralização, marcaria o processo de desenvolvimento, impondo ao migrante a opção de adaptação ou marginalidade (Kovarick, 1978; Camargo e outros, 1976). A crise econômica iniciada a partir dos anos 1980 relativizou esta perspectiva de época: revelou que a tendência à expansão da indústria não era eterna, e que os espaços de reprodução do trabalhador poderiam ser diversos. Mas, sobretudo, revelou a fatuidade contida na noção de fatalidade do desenvolvimento industrial e do predomínio da cultura urbana, que então se acreditava, com ou sem críticas, ser o destino do Brasil .

Por ser esta, então, uma perspectiva dominante, acreditava-se por consequência que o trabalhador rural chegado à cidade apresentaria constantemente dificuldades de adaptação. Pouco habituado com os códigos urbanos, permaneceria muitas vezes à margem de uma civilidade nova, adversa e complexa. A origem desta inadaptação seria evidenciada desde a paisagem urbana - um ambiente com regras e normas muito diferentes do rural - até o processo de trabalho, pois este seria marcado pela parcialização das tarefas e técnicas intensivas decorrentes da divisão capitalista do trabalho, que diferiam radicalmente da experiência passada do trabalhador. O equipamento cultural do migrante, notam muitos autores, era insuficiente. E não o era apenas pelas distintas características do trabalho, mas também pelos requerimentos sócio-culturais-espaciais que o urbano demandava. Ao migrante, restava a possibilidade de ajustar-se, improvisadamente, a esses requerimentos, operando um esforço próprio transformador, qualificador do ofício ou ocupação urbanos e desqualificador da antiga vivência interiorana (Kovarick, 1978; Camargo e outros, 1976)

Estes autores dos anos 1960/70 - na arte, literatura, na pesquisa - acreditavam que o migrante rural passava de um mundo basicamente simples, de normas toscas e relações diretas entre as pessoas, para um mundo de complexas relações hierarquizadas. Isso, em parte, é consequência da maneira como o urbano percebeu o rural desde os anos 1940, 1950: rústico, simples, remoto. Isso aparece, claramente, nos melhores estudos sobre a sociedade rural brasileira, como Carvalho Franco (1974) e Cândido (1975). Aquele caipira rústico e simplório apareceria nos textos sobre migração após a mudança para a grande cidade portando sua mesma e característica rusticidade. Ressalte-se que os autores dos anos 1970 têm uma profunda preocupação com o que acontece com este trabalhador no destino urbano; no entanto, escapa-lhes o mais das vezes sua trajetória rural, que é compreendida de forma relativamente homogênea, e, escapa-lhes sobretudo, a perspectiva própria, identidade e interesses que este migrante poderia ter. Também aqui, é uma perspectiva de época: faltava aos pesquisadores perceber os sujeitos que migravam, e faltavam-lhes, também, a massa de informações sobre os

destinos urbanos e pós-urbanos que estes trabalhadores poderiam vir a construir. Investigar, portanto, 30 anos depois de decorridos estes processos, fornece ao pesquisador a vantagem da história, que define um quadro mais acabado da situação e suas consequências já cristalizadas, e o tempo, mais que a acuidade, favorece aos pesquisadores contemporâneos frente aqueles excelentes autores dos anos 1970 que produziram quase no calor da hora.

Nos finais dos anos 1970 a construção civil perdeu o ritmo de crescimento que até então a marcara, por conta da própria inflexão da atividade econômica que acontecia naquele período de fim do *milagre econômico*, recomeço da inflação elevada e início da longa crise que se abateria sobre a economia brasileira desde então (Serra, 1982; Singer, 1999). A partir daí, com breves intervalos de crescimento, o emprego formal perdeu aquele brilhante ímpeto que tivera, o mercado de trabalho tornou-se mais seletivo, exigente e excludente. Desde então a inserção de novos ou antigos trabalhadores nas atividades urbanas ficou progressivamente mais difícil, e aqueles que conseguiam ingressar o faziam pelo mercado informal ou deslocando-se para novas - e geralmente precárias - áreas de trabalho que abriam-se (Singer, 1999).

Os trabalhadores de origem rural do Nordeste mineiro, não fixados em empregos urbanos, começaram a desenvolver um novo percurso migratório que não era mais no rumo de São Paulo, como fora até meados do 1970, mas sim em direção às últimas grandes obras dos anos finais da ditadura. Assim, migravam em direção a Ouro Branco para construção da siderúrgica, ou da Ferrovia do Aço, Tubarão, migravam para onde havia notícia de trabalho. Mas aí, as firmas já não eram necessariamente mais as mesmas que os conheciam, nem os mesmos os contratantes com quem trabalharam. As redes de conhecimento e proteção de São Paulo, que fora estável e sólida, pois incluía parentesco ou conterrâneos migrados, tornavam-se mais frágeis. Então, mesmo deslocando-se em grupos, a condição da migração era mais precária.

Desde os anos 1980 trabalhadores migrantes começaram um lento movimento de retorno. Retornam em virtude do insucesso da experiência migratória, e muitas vezes retornam a outros municípios que não aquele de nascimento (Ribeiro e Carvalho, 1999). No regresso definitivo os lavradores ingressaram num trabalho rural - no sítio ou na fazenda, como diaristas - que demandava os antigos conhecimentos de lavoura; mas estes forma redefinidos pelas transformações que sofreram o campo, dada a *revolução verde*, e o próprio trabalhador, dada a inserção urbana. No correr dos anos 1990 estes retornos definitivos ficaram muito patentes em pequenas cidades, mas então não associam-se apenas a eventuais insucessos profissionais, mas sim à aposentadoria; neste caso, são trabalhadores de origem rural que buscam nos municípios de origem, ou noutros municípios mineiros, lugares com moradia e vida mais barata, serviços de melhor qualidade, oportunidades de trabalho rural em tempo parcial e, talvez com maior importância, a comunidade de origem.

#### **4 - Resultados: Jequitinhonha e São Paulo, Jequitinhonha**

A maneira como a força de trabalho rural adaptou-se à grande metrópole, seus costumes, referências e exigências foi um tema que, nos anos 1970, preocupou muito os pesquisadores. Enfatizavam as precárias condições de vida de um campo que expulsava



lavradores e, ao mesmo tempo, sua dificuldade para acostumar-se à cidade; veio daí uma grande literatura sobre marginalidade urbana. Na perspectiva distante já, passados 30 anos, é possível perceber que não foi apenas a expulsão de lavradores pelo latifúndio, mas também a saída do campo de jovens herdeiros e deserdados da terra dos sítios familiares e das fronteiras agrícolas.

Procurando compreender como estes lavradores sobreviveram em São Paulo, percebe-se que houve, antes de mais nada, um movimento solidário, formando redes de apoio que os permitiram ingressar na cidade desconhecida e sobreviver razoavelmente. Era a relação com os conterrâneos, parentes e amigos que migraram antes que garantia as condições de moradia, alimento, orientação, busca de documentos e emprego urbanos. Estas redes eram absolutamente informais - compostas por relações pessoais e familiares - e diluídas em limites imprecisos. Elas atraíam, apoiavam, inseriam, comunicavam o trabalhador com seu destino e sua origem.<sup>7</sup>

Nas primeiras viagens estes lavradores já seguiam em grupos, seguiam apoiados por algum ou alguns companheiros que já se fixara no destino. Isto é revelado nos depoimentos sobre a viagem, mas é revelador principalmente quando eles falam sobre trabalho e emprego. Os grupos de migrantes de uma família ou comunidade dirigiam-se a uma mesma firma, cujo endereço reunia migrantes de uma mesma vila ou comunidade. Ingressavam juntos na mesma empresa e criavam com a firma uma relação grupal, uma fidelidade que unia de início o trabalhador à sua primeira empresa. Nela, em parte, se reproduzia a relação comunitária de origem, com formação dos grupos companheiros, a camaradagem protetora no trabalho e na vida. Certo que, ao final de algum tempo, podiam realmente mudar de emprego e de empresa. Mas, qualquer que fosse a mudança, sempre na nova empresa recriavam o grupo de amigos de origem, ou já ingressavam se nela existisse tal grupo; encontravam-se e estreitavam seus laços no novo trabalho. Quando por algum motivo o trabalhador não conseguia se empregar imediatamente, alojava-se em casa de amigo ou parente; alojava-se às vezes na própria empresa que viria a contratá-lo se esta já o conhecesse de anterior emprego ou se nela trabalhassem funcionários das relações pessoais do trabalhador. Conhecendo companheiros da origem a firma dava alojamento, às vezes até o trabalhador conseguir aviar-se com documentos. Outras vezes era o caso de acabar o serviço de uma firma e os trabalhadores ficarem um tempo parados procurando outro emprego; nestes casos as firmas não recusavam o pouso. Alojamento da firma era, quase, outro ponto de origem em São Paulo, outra casa.

Quando chegavam a São Paulo os trabalhadores ingressavam nestas empresas da construção civil mas o seu trabalho então passava por mudanças importantes. Entravam num mercado de trabalho, quer dizer, a força de trabalho convertia-se em mercadoria, coisa que antes, a não ser parcial e precariamente, nunca havia sido, principalmente tratando-se de sitiantes. Segundo, ingressavam num mercado de trabalho urbano, quer dizer, onde a dinâmica produtiva era dissociada dos tempos naturais e da natureza, e aparentemente das relações pessoais e do interesse do trabalhador. Terceiro, integravam-se a um mercado de trabalho urbano com demanda de trabalho razoavelmente capacitado.

---

<sup>7</sup> Hogan e outros (1978) chamaram a atenção para este aspecto.

Vários autores, na época, assinalaram muito bem estes aspectos, principalmente este último, e enfatizaram a demanda por trabalho qualificado, associando a ausência de qualificação ao processo de exclusão do trabalhador (Kovarick, 1978; Ferreira e outros, 1978). Na perspectiva dos autores dos anos 1970 parece ter sido difícil o ajustamento de tal força de trabalho, despida de capacitação, ao mercado de trabalho urbano.

Vendo porém pela perspectiva do migrante, o cenário retrospectivo não parece ser assim tão complexo. Eles ingressavam no mercado de trabalho urbano sem capacitação, é certo; mas este não demandava afinal uma tão grande capacitação, ou, ao final de um certo tempo, conseguia capacitar mais ou menos satisfatoriamente os trabalhadores que recrutava. Os depoimentos de trabalhadores são repletos de referências a este aspecto: a ausência de aprendizado anterior de trabalho urbano ou alfabetização jamais comprometeu seu desempenho, e isto por três motivos principais, que serão analisados a seguir: primeiro a semelhança nas ferramentas, segundo a capacitação no desempenho do próprio ofício, terceiro a hierarquia contratada na mesma origem zelava pelo ajustamento do trabalhador à firma e ao ofício.

O trabalho agrícola precedente e o trabalho urbano, no caso da construção civil, não eram muito diferentes em termos de ferramentas. O trabalho urbano era decomposto, simplificado, reduzido à sua expressão mais elementar a um trabalhador que desconhecia o sentido completo do trabalho, mas aprendia, a seu critério, executar as tarefas. Trabalho na construção civil era fragmentado, simplificado e acessível; taylorizado. Assim, as firmas não precisavam contratar pessoas especializadas e podiam receber ex-lavradores que mudavam realmente de ambientes de trabalho, mas não de instrumental; mudavam a relação com o trabalho, mas não o esforço. Certamente também por isso estas passagens do rural para o urbano eram pouco traumáticas do ponto de vista do trabalhador, pois continuavam usando as mesmas pás, picaretas e alavancas. Variavam ritmo, duração e comando hierárquico; mas a essência do esforço, segundo os entrevistados, era a mesma requerida no trabalho rural.

Da mesma maneira processava-se a adaptação urbana: a cidade é construída para ser facilmente compreendida e utilizada; seu traçado é racionalizado para que indivíduos desloquem-se e localizem-se muito mais facilmente que nos espaços rurais. Como cidades e técnicas da construção civil são produzidas para consumo em larga escala, seu processo de apreensão é infinitamente mais facilitado que ofícios, atitudes, localizações e domínios do espaço no rural. Vários lavradores, nos depoimentos, observaram que a cidade é "*fácil*", embora perigosa. Afirmam que, passados 20 ou 30 anos poderiam sair do Nordeste mineiro, descer na rodoviária paulistana, embarcar em metrô, procurar o endereço dos seus antigos empregos, reencontrar locais, bairros, prédios, ir e voltar sem problema. Muitas vezes, nas entrevistas, reportam-se a prédios e endereços públicos, fornecendo um panorama visual da cidade - marcado pela descrição física dos espaços, os prédios, sua cor e altura, igrejas e praças - diferente da descrição marcada pelo endereço, rua e nome, que os viajantes com leitura costumam fazer. Como viveram nas grandes cidades, principalmente em São Paulo e Belo Horizonte, enclausurados nos alojamentos da construção, guardam referências dos prédios públicos e das obras, mais que das ruas. É uma percepção específica e histórica da cidade.

A diferença na jornada de trabalho, como já observou-se, pautava-se principalmente pela extensão e ritmo, que era alheio ao trabalhador, proposto pela firma

e negociado já nos limites das técnicas gerenciais: estímulos monetários, tarefas fixas, cotas de serviço, negociação de horário que compreendia evidentemente aquela média definida também pela capacidade do trabalhador tornar mais demorada determinada tarefa. Alguns, no momento inicial de ingresso, desconheciam normas e ritmo, aquela barganha dada pela relação pagamento/cumprimento da tarefa, e abusavam no esforço, que acreditavam ser a base da ascensão funcional.

A capacitação dos trabalhadores foi um assunto que as empresas de construção civil resolveram sem custos e os trabalhadores sem muito sofrimento. Os trabalhadores recém-ingressos na condição de serventes - como os aprendizes no artesanato e as crianças nas lavouras - lidavam junto a um chefe imediato, pedreiro ou carpinteiro, de reconhecido conhecimento do ofício. Os chefes imediatos, e às vezes até os mediatos, eram da mesma origem dos trabalhadores de base; ocorria frequentemente de oficiais, encarregados ou mestres-de-obra orientarem, desde a comunidade de origem, o trabalhador até uma empresa. Conduzia-o no ingresso ao trabalho, orientava-o, protegiam-se como grupo de conterrâneos. O chefe orientando serventes percebia motivação, inteligência e capacidade. Selecionava-os aos poucos, testando-o em tarefas de menor exigência, medindo seu interesse e desempenho. Esta era, aos poucos, também uma avaliação coletivizada, pois englobava o oficial, o encarregado e o mestre-de-obras. A avaliação de desempenho ia ocorrendo lentamente, juntamente com a capacitação do trabalhador. Às vezes a avaliação e a ordem da chefia precedia a solicitação do trabalhador por classificação como oficial.

Era, então, um sistema hierárquico produzido na e a partir da própria firma, que transformava quase naturalmente - e, principalmente, com mínimos custos - trabalhadores rurais sem qualificação e escolaridade, em dedicados pedreiros, armadores, carpinteiros, encarregados, mestres-de-obras. Para ascender funcionalmente, entretanto, era fundamental ter vontade e capacidade de trabalho.

Por fim, como o processo de capacitação era endógeno, o trabalhador que ascendia à chefia conhecia todo o processo produtivo e havia vivido - na condição de servente, meio oficial ou oficial - todas as dificuldades do trabalho. Por outro lado, a ascensão funcional era de certo modo consensual, arranjada e solidária, pois dependia do reconhecimento vertical e horizontal dos méritos do trabalhador. Certamente em consequência disto os trabalhadores que chegaram à chefia relatam um mando sem peso: leve, consensual, baseado na liderança pessoal, no carisma, na capacidade, muito mais que na autoridade delegada dos altos escalões da firma. Um dos entrevistados, relatou que algumas vezes foi obrigado a exigir por escrito as ordens de serviço - que ele não sabia ler, mas pedia a um servente alfabetizado que as lesse - pois elas colocavam em risco a vida dos homens sob seu comando. Ao exigir a formalização da ordem, o que não era frequente na construção civil, conseguia negociar com os engenheiros condições menos arriscadas ou penosas para seus subordinados. A chefia, assim, afirmava-se: cumpria um papel solidário na proteção aos trabalhadores, que eles sabem ver também nos "gatos", e contrariamente aos sistemas de chefias autoritárias, porque não qualificadas, encontra-se chefias brotadas do mesmo meio que produzia o trabalhador.

Mas, ainda, de outro lado, os chefes formavam sua turma. Apartavam e compunham - naquele rol de trabalhadores de variada origem - *seu* pessoal. Com meticuloso cuidado escolhiam pessoas de qualidade profissional ajustada aos propósitos

de seu trabalho e montavam equipes respeitadas na firma, que valorizavam-se, e valorizavam as chefias capazes

A firma de construção civil, no destino, materializava a proteção original da comunidade de origem. A natureza das relações parece ser, no relato dos migrantes, muito mais personalista, patriarcal ou - ao gosto da sociologia dos anos 1960 - *tradicional*, que propriamente relações neutras, cidadãs, contratuais e comerciais de empregado e patrão. Na firma havia espaços de sociabilidade específica e informal do trabalhador - o grupo de amizade, a relação de proximidade, união dos conterrâneos e parentes - que conferia ao trabalho urbano uma distante proximidade com o trabalho familiar na região de origem.

É preciso ter claro, porém, que as firmas construíam também esta imagem protetora. Elas alertavam seus contratados sobre os perigos da cidade: bandidos, drogas, drogados, prostitutas que estavam constantemente interessados no suado rendimento dos assalariados da construção civil. Por isso a firma oferecia a proteção do alojamento, o refúgio permanente e solidário dos trabalhadores, do qual raramente saíam. Assim, as empresas nos anos de *Milagre* em São Paulo reproduziam as vilas operárias no controle da sua força de trabalho. Grosso modo, recriam a relação fundamental que vinculou o agregado à fazenda, o sitiante à sua comunidade: uma entidade protetora, que é percebida sempre como rede de apoio. É notável que a respeito de direitos trabalhistas em nenhuma das entrevistas tenha sido feita referência a qualquer descumprimento ou deslealdade por parte das firmas; eram, sempre, *firmas boas*. Mesmo aqueles que vieram depois a ingressar no sindicalismo, são prontos ao afirmar a correção contratual das empresas.

Assim, pode-se refazer um pouco a ênfase que é dada à profunda diferença entre as experiências rural e urbana. Pode-se, pelo contrário, até perceber que em certos processos os migrantes passaram de um mundo complexo e marcado por regras verticais e horizontais - tanto da fazenda quanto da comunidade sitiante -, para outro mais mercantil e, quase sempre, em muitos aspectos mais simples, taylorizado, mais operacionalizável. As regras urbanas são mais claras, mais generalizadas e mais replicáveis; isto fornece condições de aprendizado muito mais rapidamente, inclusive porque mais pessoas as compreendem, devem compreendê-las e ensiná-las. Neste sentido o difícil aprendizado foi o primeiro: conhecer a terra de fazer a roça, distinguir as madeiras que indicam as boas terras, conhecer as sementes e tempos de plantio.

Mas, levar ao campo a descomplexidade do urbano foi considerada quase uma consequência obrigatória da migração de retorno. Ela porém só se tornou possível onde as regras de convívio estavam, também, mais dissolutas ou frágeis: na sociedade fazendeira em decomposição do Leste que na sociedade camponesa do Jequitinhonha; por isso também estas normas serão mais facilmente marcadoras daquela sociedade.

Curiosamente, o estudo de caso permite observar que esta perspectiva teórica não é percebida ou guardada na memória dos migrantes urbanos: eles não se lembram do aprendizado industrial urbano. Isto pode ser devido ao fato do aprendizado artesanal do campo ser um saber cognitivo, completo, enquanto o aprendizado urbano da indústria era um saber parcial e físico. Assim, guarda-se a lembrança do esforço, mas não do aprendizado na construção. Isto fica evidente no desenrolar das atividades agrícolas no retorno, que são praticadas tal e qual ensinadas pelo pai no tempo da infância. Mas deve-

se também ao fato da passagem de um para outro aprendizado não ser disruptivo, mas integrado, e o urbano exigir mais o aprendizado de um código de conduta que um código de trabalho, exigir mais urbanidade, por assim dizer, que disciplina fabril. Dessa maneira o aprendizado urbano tem um peso bem menor que se acreditaria; seria uma sequência do conhecimento rural, viabilizado inclusive pelas redes de apoio, da parentela ou comunidade de origem.

Um aspecto importante nessas migrações para a construção civil paulista era sua sazonalidade: muitos lavradores, durante anos, ou mesmo duas décadas, foram à sua própria lavoura nas águas e a São Paulo, nas secas. A firma, também, já contava com esta sazonalidade. As firmas acreditavam ser mais cômodo contratar aqueles conhecidos; pedia a eles, quando rescindiam o contrato e retornavam, que trouxessem parentes e pessoas da comunidade no próximo ano. Disputando entre si a força de trabalho, as empresas organizavam sistemas de aliciamento nas rodoviárias e estações para conseguir novos trabalhadores. No entanto, na construção civil, contavam já com a migração sazonal, e planejavam um ritmo de obras mais intenso para o período de entressafra nas regiões de origem, pois sabiam que perderiam por seis meses a maior parte dos seus contratados. Esta sistemática por vezes revoltava os engenheiros, que consideravam irracional a mobilidade do pessoal; mas isto não alterava em nada a relação entre os dois. Desde a contratação os trabalhadores mineiros já avisavam que sairiam em outubro, com um mês de antecedência já pediam as contas e preparavam-se; não havia oferta de aumento de salário, hora-extra ou promoção que conseguia reter os trabalhadores em São Paulo. No ano seguinte, depois das primeiras colheitas, estavam de volta à firma. Por isto, o mais lógico era a empresa concentrar os trabalhos que demandavam mais pessoas no período da seca, e criar um calendário de atividades ajustado ao ritmo da força de trabalho.

Graças a seus perigos - a impossibilidade de prover um sustento continuado sem um esforço desmedido - a construção civil é entendida por estes migrantes retornados como uma atividade sazonal. Raramente concebem a possibilidade de ter podido pensar em permanecer nela com trabalhador fixo, mesmo quando conseguiam ao longo de difíceis anos de migração galgar os degraus do emprego, ser fichado em posto de destaque e comandar um grande lote de trabalhadores. Esta perspectiva é muito diferente daquela que encontra-se na literatura sobre as migrações dos anos 1970, sobretudo quando compreende-se a construção civil como a porta de ingresso no mercado formal de trabalho, e que seria, portanto, uma passagem obrigatória no percurso de migrantes que se urbanizavam. Talvez tenha sido, e certamente foi para boa parte dos migrantes dos anos 1970; mas não o foi para todos, principalmente se atentar-se para o forte movimento de retorno de migrantes rurais mineiros que observa-se a partir de meados dos anos 1990 (Carvalho e outros, 1998).

Assim, transformaram durante pouco mais de uma década a viagem numa rotina necessária. Neste sentido, aprendiam um novo ofício na construção civil mas retornavam sazonalmente ao velho ofício, que era a prática constante destes lavradores. Esta aparente dualidade, difícil de ser compreendida e aceita pelo pesquisador, pelo mediador, pelo extensionista, não é percebida ou revelada pelos lavradores. Consideram-na continuidades, complementos, associações e necessidades. Esta rotina repetiu-se durante muitos anos e perpetuava a condição camponesa:

Este retorno constante era resultado de um gosto pelo lugar. É, também, uma condição daqueles lavradores, cujas comunidades associam trabalho, renda e herança. Assim, nada lhes parecia mais natural que retornar depois de partir, e mesmo aqueles que definitivamente não se configuravam ou configurariam como herdeiros de terras de família já incluíam o retorno como um componente essencial deste gostar do lugar. Por gostar, formariam patrimônio neste lugar, e por isto, novamente, a viagem explicava-se. Mas gostando da lavoura e gostando do lugar as viagens ganhavam um impulso diferente depois que constituíam família própria. Entre os entrevistados, que retornaram ou não, todos casaram-se com moças de sua terra natal, e geralmente da própria comunidade. As viagens e o conhecimento de outros lugares não parece, neste aspecto, ter influência sobre a escolha da parceira: era do próprio lugar, e mesmo aqueles que afirmaram ter tido o desejo de não retornar, mesmo aqueles que converteram migração sazonal em definitiva, retornavam para casar.

A maior parte deles, porém, destes que retornavam e retornaram, refere-se ao trabalho duro, à queima de latas e à continuada poupança. A migração se associava a uma privação mais aguda do consumo de alimentos que aquela havida no sítio de origem, se associava à duplicidade do sacrifício que era trabalhar muito e consumir o mínimo. Neste particular, então, a migração configura-se como uma situação onde o migrante sai da origem em busca de recursos para formação de patrimônio familiar, para alavancagem dos seus bens depois dos anos iniciais do casamento.<sup>8</sup> Neste particular estes primeiros anos podem ser, até, anos muito longos, ou talvez, permanentes não houvesse a construção civil esgotado sua capacidade crescer e empregar nos anos 1970. Muitos deles realizaram durante 15 ou mais anos uma repetida viagem em busca dos seis meses de trabalho urbano, e nada indica que a tenham encerrado pelo estocamento final do patrimônio desejado.

O depoimento do senhor JMN revela este aspecto. Era uma poupança difícil, que resultava do trabalho, cujo destino era o terreno natal:

*"A gente ganhava o dinheiro lá. E sabe com é que trazia o dinheiro? Fazia um - não usava essas cuecas que a gente usa hoje, não -, então a gente usava um calção comprido, a pessoa fazia um bolso e costurava dentro do calção e vestia a roupa. Ô gente! E vinha. Se fosse o caso de tirar um dinheiro na estrada, tinha que ficar sem calça... Vinha muito bem agasalhado. Era pra juntar pra trazer pra cá, pra render aqui. Tinha companheiro meu lá que não roía a unha pra não sair sangue, moço! (Chegando em Minas) sempre comprava animal; rapaz solteiro, o senhor sabe, sempre gostava de andar luxento, né? Sapato de marca, roupa. Aqui, sempre era umas criaçõzinhas. Sempre mexendo, deixava (as criações) com o pessoal da gente." JMN, entrevista, 2001*

Essa economia realizada no emprego urbano, veio a viabilizar, depois, a conversão e o fortalecimento da posição deste migrante como lavrador. Por isto, recordam com gosto o sacrifício do consumo realizado, pois ele foi a condição da poupança. Estas viagens, empregos e poupanças eram, do ponto de vista do antigo migrante, absolutamente seguras. Por isso comerciantes não vacilavam em emprestar dinheiro à meia para partir lucros, e os lavradores migravam sabendo que voltariam com

---

<sup>8</sup> Esta estratégia camponesa foi analisada por Woortmann (1990), Ribeiro (1993) e Galizoni (2000).

economias. Esta segurança no emprego sazonal garantia a regularidade da viagem e a continuidade da formação do patrimônio, que cresceu enquanto trabalhavam e pouparam, no objetivo de melhorar as condições locais de vida.

Considerando o que estes lavradores pouparam e adquiriram, considerando a passada decantada pobreza do lugar, considerando seu grande número naqueles anos 1960 e 1970, a transferência de renda das grandes cidades para o Nordeste mineiro, principalmente para o alto Jequitinhonha, deve ter sido expressiva naquele período. Ela não foi, no entanto, suficiente para animar as atividades econômicas locais, para dinamizar comércio ou serviços, muito embora sem dúvida servisse para, definitivamente integrar a região ao mercado nacional de bens de consumo. Esta transferência de renda privada, que certamente existiu também em outras regiões mineiras de forte presença de migrações sazonais ou retornos - caso da Zona da Mata mineira e Sul de Minas, por exemplo - serviu ao que parece para dinamizar a cadeia integrativa destas economias locais a uma economia nacional, regulada por hábitos de consumo, produzidas exatamente nestas economias centrais.

Estes recursos amealhados na migração devem ter sido insuficientes para modificar a situação local por alguns motivos. Primeiro, porque parte deles foi convertido em consumo familiar, foi gasto no *fornecimento* para mulher, pais e filhos que permaneciam em Minas, portanto não foram recursos poupados. Segundo, estes recursos foram usados para adquirir bens localmente importantes, mas necessários apenas para reproduzir o sistema de produção preexistente: terra, equipamentos braçais de produção, animais de serviço, moradia; isto deve ter servido fundamentalmente para conservar as condições locais e não para modifica-las. Terceiro, os gastos dos recursos pode ter servido para reunir lotes de terra, recompor unidades produtivas com estrutura produtiva mínima; gastando em terras que adquiriam a parentes na comunidade, esterilizavam capitais e, ao mesmo tempo, viabilizavam saídas de parentes para migrações definitivas para o Sudeste ou para transferência para o meio urbano da própria região. Assim, os fluxos de renda originários da migração serviram para monetizar algumas transações de bens privados e para generalizar a monetarização na economia local. Mas é, certamente, um tema que merece muito maior investigação, que pode ser talvez mais claramente percebido na análise da formação do patrimônio rural do migrante, no redesenho da estrutura fundiária no período 1960/1970, e no estocamento de recursos ambientais, que tornaram-se fundamentais para a reprodução da produção camponesa nas décadas de 1980 em diante.

Por último é importante fazer uma reflexão sobre a relação entre o aprendizado das grandes migrações dos anos 1960 e 1970 e os movimentos políticos e organizativos de camponeses do Jequitinhonha que emergiram nos anos 1980. Qual foi a contribuição da capacitação urbana destes trabalhadores na formatação da organização, qual a transferência de experiências, qual, enfim, a contribuição do aprendizado urbano para as construções políticas do rural, principalmente o sindicalismo combativo e os movimentos sociais?

Percebendo que o início dos movimentos sociais na região ocorre nos anos 1970, a rigor é possível afirmar que não há uma relação causal direta entre a migração e a participação política. Primeiro, porque as lutas políticas do Nordeste mineiro surgiram expressando demandas de lavradores que não podiam partir, que retornavam ou que não

desejavam partir: diziam respeito, sobretudo e prioritariamente, a assuntos locais. Segundo porque os animadores maiores destas lutas, os religiosos e os sindicalistas, possuíam e conservavam seus laços e relações com a origem; sua base e sua luta eram locais, específicos, e eram exatamente daí que conseguiam retirar sua força. Terceiro porque as lutas sociais emergiram como perspectiva crítica principalmente à migração, e seu mote era a família desenraizada, a pressão do latifúndio, a ausência de direitos e alternativas decentes para lavradores; era, nesse sentido, propositiva ao negar a migração como condição de melhoria de renda

Mas, certamente, não é possível deixar de perceber algumas relações entre as migrações e os movimentos sociais. Não seriam, porém, associações daquele tipo que poderiam ser denominadas relacionais ou associadas. Isto, em parte, porque a migração e principalmente os seus retornos contribuíram para unificar mercados e excluir a mudança do rural para o urbano do horizonte das perspectivas de melhora de vida. No final dos anos 1970 a construção civil deixava de ser uma *busca de melhora*; as fronteiras eram um esforço arriscado de busca de terras. E os lavradores iam sabendo disto, das dificuldades do emprego, dos riscos na grilagem das fronteiras agrícolas. A migração de retorno que começou a emergir neste período, era, neste sentido, o mais eficiente aviso sobre as impossibilidades fora da luta na própria terra de origem.<sup>9</sup>

Os documentos dos movimentos populares, sindicais e religiosos dos anos 1970 revelam muitas das perspectivas específicas da época. Eram materiais impressos em sua maioria em mimeógrafos, ilustrados pelos próprios autores. Cautelosos nos temas, sutis, provocativos, mais estimulavam a reflexão sobre as situações vivenciadas que analisavam uma realidade. Baseavam-se fundamentalmente na Bíblia, cujo valor imanente apoiava a argumentação e as reivindicações; apoiavam-se no direito, expresso na lei, principalmente nas leis rurais de amparo à posse e ao trabalho; e amparavam-se no costume, manifesto nos tratos históricos concertados entre agregados e fazendeiros, entre trabalhador e patrão, entre o grande e o pequeno. Estes documentos fortaleciam-se na legitimidade que tais fontes concediam à sua retórica, e neste estreito espaço entre o legítimo e o permitido nos anos de ditadura ia cavando as brechas que permitiriam aos lavradores pensar sobre sua situação. Aqueles espaços, percebe-se na documentação analisada, ao correr dos anos abrem-se para novas proposições no campo dos direitos e costumes dos cristãos, principalmente na medida que selecionam e analisam à exaustão situações vividas, reais, educativas.

Vê-se, então, que migração, antes de ser um caldo de cultura de lutas cidadãs pela interface com a cultura e a organização urbanas, aparece nos documentos de época, e principalmente na fala dos lavradores de como o oposto da melhoria de vida e aquisição de qualquer positividade. Contrariamente, ela desenraiza, destrói, não agrega nada além de miserável sustento.

Na introdução de uma cartilha intitulada "*O Herói Esquecido*", editada pela Comissão Pastoral da Terra nos anos 1970, o prefaciador narra a história de seu Benício, que está indo "*por estes dias para São Paulo*" pois em Minas não há mais lugar para ele; o prefaciador espera que na cidade a vida de seu Benício "*não se esbarranque*" antes dos lavradores conseguirem encontrar seu próprio caminho; como em tantos outros, surge

---

<sup>9</sup> Brito (2000; 40) indica que os sinais de retornos de migrantes que tornaram-se evidentes nos anos 1990 já emergiam como indicações desde os anos 1970.



neste documento da época, o destino considerado sombrio para o trabalhador que migra.

As opções, lutas, questionamentos surgiram, então, mais ao lado que em consequência do retorno de migrantes. A politização da luta foi construída lentamente sob a forma de redes locais de reflexão, conquistas miúdas e cotidianas de direitos, ao invés de vincular-se às demandas e importações do trabalho urbano. Trabalhadores migrantes politizaram-se justamente no retorno; muitos deles permaneciam, se é que pode ser expresso assim, '*politizados*' em seu local de origem e '*despolitizados*' na migração. É o caso de IBA, de Novo Cruzeiro, dirigente do nascente sindicato local nos tempos das águas, operário em construção civil na seca, em São Paulo; participava lá? Nem por sonho, respondia: - *São Paulo era trabalho, a luta era aqui na terra*; pela terra, da qual tornou-se um dos pioneiros na organização do MST, na histórica ocupação da Fazenda Aruega em 1988.

Quase 30 anos depois das grandes migrações, passados 20 anos do retorno de muitos dos camponeses que foram a São Paulo, e já mais de 10 anos após a primeira conquista da terra pelas organizações dos lavradores do Nordeste mineiro, visitar comunidades e assentamentos é uma experiência muito rica. Colhendo mantimentos de suas próprias lavouras, vivendo em boas casas de alvenaria, exibindo uma consciênica cidadã dos seus direitos, as conversas dos lavradores são marcadas fortemente pela história que viveram, pela luta passada e presente, e - sempre, invariavelmente - pela experiência migratória ou pelas suas marcas, que se confundem e exibem por todas as partes. Mesmo naqueles que não viajaram.

A migração aparece, inicialmente, na história da família, principalmente na distribuição da família mais extensa. Todos os lavradores têm família, como dizem, *no trecho*; quase sempre irmãos. Formam redes de parentesco que cobrem quase todo o Brasil, espalhados por conta das já remotas migrações para as fronteiras agrícolas - Sul da Bahia, Rondônia, Maranhão e Pará - ou das migrações para as cidades grandes que marcaram os anos 1970, ou, ainda, daquelas últimas e geralmente pouco afortunadas tentativas de empregar-se nas médias cidades deste mesmo Nordeste mineiro nos anos 1980 e 1990. Como não poderia deixar de ser, irmãos que migraram em contextos históricos variados - fronteira aberta, expansão do emprego ou crise econômica - encontraram posições ocupacionais muito diferentes, dadas as oportunidades, empregos, salários e oferta de capacitação. Muitos dos que permaneceram na fronteira agrícola tornaram-se proprietários, e aqueles que foram pioneiros na migração para as cidades grandes conseguiram bons e estáveis empregos, às vezes no setor público ou grande empresa. Mas, os que migraram por último, já na piora do emprego que marcou a fase posterior aos anos 1980, raramente estão bem com a renda e o emprego. Por isso as famílias de lavradores retornados apresentam uma desigual e aparentemente estranha distribuição interna de renda e bens, mas quase toda estranheza é perfeitamente explicada pelas conjunturas de migração e fortuna do emprego.

E, a migração aparece no presente das famílias. Anos de decréscimo de preços agrícolas, lentidão e incerteza dos créditos rurais, anos de dura concorrência com preços agrícolas subsidiados no exterior e produtividade crescente na agropecuária integrada, criaram um enorme desalento entre os que vivem de lavoura. Isto deu ânimo para que os filhos de camponeses e assentados iniciem - ou reiniciem - a incerta viagem que seus

pais, tios, avós já fizeram. Por isto assiste-se recentemente a nova pulverização das famílias, com a reincidência da migração atingindo os jovens, que vão chegando à idade adulta e inventando trajetórias novas, pois não encontram condições de viver da terra, ou a terra não os comporta. Os pais, às vezes uma década depois de reestabelecidos na terra, assistem à saída dos filhos e, assim, refazem seus laços com as cidades - pois a grande Belo Horizonte tem sido desde o final dos anos 1990 seu principal destino - que estão, outra vez, bem perto das grotas do Nordeste mineiro.

## 5 - Bibliografia

- AMARAL, L. *"Do Jequitinhonha aos canaviais."* Belo Horizonte, Dissertação (Mestrado em Sociologia), BH, Fafich/UFMG, 1988.
- ANDRADE, M.C. *Terra e homem no Nordeste.* São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BALÁN, J. *"Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa."* SP, Estudos CEBRAP 5, 1973.
- BERLINCK, M.T. e HOGAN, D.J. *"Adaptação da população e 'cultura da pobreza' na cidade de São Paulo: marginalidade social ou relações de classe?"* in HOGAN, D.J. e outros *Cidade usos e abusos.* S.P., Brasiliense, 1978.
- BOSCO, S.H. e JORDÃO NETTO, A. *Migrações.* SP, SEAGRI/SP, 1967.
- BOSERUP, E. *Evolução agrária e pressão demográfica.* São Paulo, Hucitec/Polis, 1987.
- BRITO, F. *"Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório?"* Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (Anais). Caxambu, 2000.
- BRITO, F. e SOUZA, J. de. *Os emigrantes: Minas no contexto das migrações internas no Brasil.* Diamantina, Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira, 1995.
- CAMARGO, C.P.F. de, CARDOSO, F.H., MAZZUCHELLI, F., MOISÉS, J.A., KOVARICK, L., ALMEIDA, M.H.T. de, SINGER, P.I., BRANT, V.C. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza.* São Paulo, Loyola, 1976.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito.* Terceira edição. São Paulo, Duas Cidades, 1975.
- CARVALHO FRANCO, M.S. *Homens livres na ordem escravocrata.* 2a edição. São Paulo, Ática, 1974.
- CARVALHO, J.A.M., BRITO, F, RIBEIRO, J.T. e RIGOTTI, J.I. *"Minas Gerais: uma nova região de atração populacional?"* Diamantina, VIII Encontro de Economia Mineira (Anais), 1998.
- CARVALHO, J.O. de. *"Migrações campo-cidade: algumas considerações sobre a fixação do homem ao campo"* Brasília, Minter, 1976.
- CASTRO, S.P. *A adaptação de migrantes rurais na região da Grande São Paulo nos diferentes períodos de sua transformação industrial - um estudo de caso.* Dissertação de mestrado (Sociologia Rural). Viçosa, UFV, 1983.
- GALIZONI, F.M. *"A terra construída"* Dissertação (mestrado). S.P., FFLCH/USP, 2000.

KOVARICK, L. "Usos e abusos: reflexões sobre as metomorfoses do trabalho." IN HOGAN, D.J. e outros. *Cidade usos & abusos*. São Paulo, Brasiliense, 1978.

MARTINE, G. "Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século." *Revista brasileira de estudos de população* 11(1) jan/jul 1994.

MARTINS, J.de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.

MARTINS, J.deS. "Migrações temporárias: problema para quem?" São Paulo. *TRAVESSIA, Revista do Migrante*, mai/ago 1988.

MOURA, M.M. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1988.

OLIVEIRA, F. de. "A economia brasileira: crítica à razão dualista" 3a. edição. São Paulo, CEBRAP/Brasiliense, Seleções CEBRAP. 1977.

RIBEIRO, E.M. "As invenções de migrantes." *TRAVESSIA, Revista do Migrante*. São Paulo, VI(17), set/dez 93

RIBEIRO, E.M. *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem, CEDEFES, 1996.

RIBEIRO, J.T.L. e CARVALHO, J.A.M. de. "A imigração para Minas Gerais no período 1981/1991, com especial enfoque na migração de retorno." *Revista Brasileira de Estudos de População*. V. 16 - n. 1/2 - jan/dez. 1999.

SERRA, J. "Ciclos e mudanças estruturais no economia brasileira de pós-guerra" IN BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, R. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Terceira Edição, São Paulo, Brasiliense, 1982.

SINGER, P. "A crise das relações de trabalho" IN NABUCO, M.R. e CARVALHO NETO, A. *Relações de trabalho contemporâneas*. B.H. IRT/PUC, 1999.

WOORTMANN, K. "Migração, família e campesinato". *Revista Brasileira de Estudos de População*. V.7, n.1, jan/jun 1990.